



Clipping Nacional de EDUCAÇÃO

Brasília, 04 de Fevereiro de 2020

A educação precisa de um outro pacto

Por Gregório Grisa

Nada indica que as propostas da PEC do Pacto Federativo sobre educação possam representar avanços

Analiso neste artigo as propostas diretamente ligadas a educação contidas na PEC do Pacto Federativo apresentada ao fim de 2019 pelo governo federal. São elas: 1- a que visa unificar as vinculações de saúde e educação; 2- a que prevê o repasse direto e integral do Salário-Educação (contribuição social prevista no art. 212, § 5º, da Constituição Federal) para Estados e municípios e 3- a desobrigação de que o poder público tenha de expandir suas redes próprias de ensino em caso de falta de vagas.

Sobre a primeira medida, embora idealmente ela possa fazer sentido (flexibilidade, autonomia), seus efeitos podem ser deletérios para educação. Os gastos em saúde dos municípios, em geral, já excedem o mínimo constitucional. Levantamento feito pela “Folha de São Paulo”, analisando as capitais brasileiras, mostra que o montante aplicado em saúde é, em média, de 21,6% da receita corrente líquida, superando em mais de um terço o mínimo constitucional de 15%. Já em educação, o investimento médio é de 25,8%, perto do mínimo de 25%.

Nada indica que propostas para educação contidas na PEC do Pacto Federativo representam avanços

A saúde é um tipo de serviço emergencial, sua demanda tende a aumentar em função do envelhecimento da população. É uma área cujo impacto político da falta de recursos é imediato, logo, sempre será prioridade do gestor local. Diferente da educação que é pensada no médio e longo prazo, que não é objeto de pressões sociais instantâneas e cujos resultados são de difícil identificação pela sociedade.

Não identifico a maturidade necessária em nossa classe política, marcada pelo clientelismo e o imediatismo eleitoral, para ser otimista com essa medida. Além disso, podemos experimentar uma insegurança de financiamento que prejudica o planejamento das redes de ensino e do sistema de saúde, tendo em vista que a “divisão do bolo” ficaria a critério de inclinações políticas e de demandas emergenciais. Mais grave é a ideia aventada pelo senador Marcio Bittar (MDB-AC) de acabar com os pisos constitucionais para saúde e educação. Estaríamos colocando em xeque garantias fundamentais, compreendidas inclusive como cláusulas pétreas por juristas.

Sobre a segunda medida, hoje a

União fica com 40% do que é arrecadado pelo Salário-Educação, 60% é destinado diretamente para estados e municípios. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) prevê que a União tem o papel de coordenar a política nacional de educação, de prestar assistência técnica e financeira aos outros entes e de exercer função redistributiva e supletiva. Muitas dessas ações são feitas por meio do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), autarquia que administra um conjunto de programas com os recursos do Salário-Educação, a saber: o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD); o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); o Programa Nacional de Transporte Escolar (PNATE) e o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).

Esses programas, que merecem aperfeiçoamentos constantes, cumprem um papel importante na busca por equidade, são estratégicos se bem geridos. Eles envolvem compras em grande escala que são feitas de modo mais econômico quando centralizadas. O artigo 75 da LDB prevê que a ação supletiva e redistributiva da União será exercida de modo a corrigir as disparidades de acesso e garantir o padrão mínimo de qualidade. Uma das ferramentas para alcançar tais objetivos são os programas do FNDE e outros que podem ser elaborados. Com essa medida se





retira o potencial da União de cumprir seu papel previsto em lei, pois ela esvaziaria o financiamento do FNDE e de transferências voluntárias.

Sobre o terceiro ponto, a Constituição Federal prevê que o poder público é obrigado a investir prioritariamente na expansão de sua rede de ensino quando houver falta de vagas e cursos regulares na localidade. Se a proposta do governo for aprovada, esse trecho será excluído da Constituição. A ideia parece ser expandir o pagamento de bolsas para estudantes na rede privada (tipo de voucher) para toda educação básica. Ao mudar o texto constitucional, se estaria garantindo a possibilidade dessa prática de forma permanente e estrutural.

Observando as experiências com escolas conveniadas que já existem na educação infantil, não são poucos os problemas identificados. Avaliações diversas e relatórios dos tribunais de contas vêm mostrando que as escolas conveniadas, em média, têm condições piores de infraestrutura (casas adaptadas), de atendimento, maior proporção de alunos por educador, supervisão pedagógica deficiente e profissionais com pior formação, vide exemplos

dos municípios de Porto Alegre e São Paulo e mesmo do Estado de São Paulo.

Corremos o risco, com essa mudança, de que muitas escolas privadas de baixo padrão busquem sobrevivência nos recursos públicos e de que escolas privadas de excelência (que existem em menor proporção) intensifiquem seus processos seletivos. Não é incomum vermos políticos e formadores de opinião recorrendo a ideia dos vouchers como uma alternativa estrutural para a educação nacional; contudo, analisando a literatura, não há consenso teórico e nem respaldo empírico para essa posição ufanista.

Importante frisar que a maior demanda de vagas no Brasil é na educação infantil, a construção de creches depende do financiamento da União, tendo em vista as restrições orçamentárias dos municípios para tal. A proposta que desobriga o poder público de ampliar sua rede própria está em consonância com a provável redução dos recursos da União para educação nos próximos anos, em função, dentre outras coisas, do efeito da Emenda Constitucional 95 (Teto de Gastos) sobre tal rubrica, como

explica esse artigo. Sem o compromisso de construir escolas de educação infantil, subsidiadas pela União, se garante a redução de investimentos (de capital) federais que já estão em patamares muito baixos.

Pelos argumentos aqui expostos, penso que a sociedade e o Congresso Nacional devem se opor a esses três pontos analisados. Nada indica que eles possam representar avanços, ao contrário. Precisamos de outro tipo de pacto para educação, ele envolve maior participação da União no financiamento da educação básica (o que precisa ocorrer com a ampliação da complementação ao Fundeb), uma unificação de esforços para tornar a educação prioridade política da gestão pública e um salto de qualidade na governança das redes de ensino, puxado, entre outros elementos, por um sistema nacional que articule os entes federados e induza políticas educacionais eficientes.

Gregório Durlo Grisa é professor do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, doutor em educação e pós-doutor em sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Congresso volta, e Maia ‘não negocia’ com Weintraub

Criticado pelo presidente da Câmara, ministro da Educação fica no cargo, segundo o chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni

PROCEDÊNCIA (Bruno Góes, Daniel Gullino, Gustavo Maia e Natália Portinari).

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), descartou ontem a possibilidade de apaziguar sua relação com o ministro da Educação, Abraham Weintraub, dizendo que o titular da pasta estimula o ódio.

—Eu só trabalho com bandeira branca, o problema é que o grupo que o ministro representa é a bandeira do ódio. Eu não posso negociar com quem tem a bandeira do ódio de forma permanente, atacando e agredindo as pessoas nas redes sociais — disse Maia após a cerimônia de abertura dos trabalhos do Legislativo.

O ministro da Educação está sob críticas devido à crise do Enem. Em entrevista à Rádio Gaúcha, o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, disse que havia conversado com Maia sobre a possibilidade de reconciliação e afirmou ainda que Weintraub continua no cargo.

— Não vai ser substituído, não. Tomei um café com o presidente Rodrigo Maia. Conversamos muitas coisas sobre esse assunto. Marquei com o ministro da Educação. Eu acho que vamos conseguir levantar



Emissário. Onyx representou o governo na abertura do ano legislativo

uma bandeira branca, dar um pouco de tranquilidade — disse Onyx.

Na quinta-feira, Maia já havia dito que o ministro é um “desastre” e coloca em risco o futuro de milhares de crianças brasileiras. O líder da oposição na Câmara, Alessandro Molon (PSB-RJ), já protocolou um requerimento para que o ministro seja sabatinado em plenário.

O GLOBO ouviu cinco lideranças de diferentes partidos do centrão sobre uma possível convocação de Weintraub. Dois deles disseram que a convocação teria grande apoio dos parlamentares. Um disse não saber se apoiaria o requerimento e outros dois avaliaram que a intenção de levar o ministro à Câmara poderia ser contraproducente.

—Eu não defendo a convocação, acho que ele já veio demais na Câmara, inclusive no plenário. Na

s mais — diz líder do

em que e Maia, e seriam aumentar da FAB. to de o a Civil, ado um cou não ados de Onyx, como a renovação da pasta das atividades Programa de Parceria de Investimentos (PPI).

No início da noite, Bolsonaro afirmou que as novas regras serão fixadas “na conversa”, sem mudança legal.

— O que tinha que resolver já na conversa eu resolvi. Minha palavra vale mais do que um pedaço de papel. Já está bem melhor a questão de uso de aviões da Força Aérea. Verbalmente já dei as ordens. Você pode ver que vai cair o uso de aviões da Força Aérea — declarou o presidente.

Na retomada dos trabalhos, a Câmara dos Deputados deverá decidir amanhã sobre o afastamento do deputado Wilson Santiago (PTB-PB), denunciado por corrupção pela Procuradoria-Geral da República. A medida foi determinada pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Celso de Mello em dezembro.





AFASTAMENTO DE DEPUTADO

Santiago é um dos alvos da operação Pés de Barro da Polícia Federal, que investiga suspeitas de superfaturamento em obras no interior da Paraíba. De acordo com a Polícia Federal, são investigados os crimes de peculato, lavagem de dinheiro, fraude licitatória e formação de organização criminosa.

Segundo Maia, há um rito em que será apresentada a defesa prévia do deputado, do seu advogado, a posição do relator do caso e depois novamente a posição de Santiago e de seu advogado. Ele prevê que o caso seja votado em um dia só. Em dezembro, líderes partidários já articulavam reverter o afastamento do deputado, como revelou o GLOBO. A decisão do STF é considerada extrema, já que não há condenação. Santiago tem um bom trânsito entre os colegas.

Reforma pode ter exceção para saúde e educação

Para vencer resistências à proposta de mudança tributária, técnicos da equipe econômica e do Congresso conversam com representantes de empresas dos dois setores sobre possível tratamento diferenciado. Para Maia, tema é prioritário



Volta ao trabalho. Cerimônia de abertura do ano legislativo: setores de saúde e educação são considerados sensíveis

MARCELLO CORRÊA
marcello.correa@oglobo.com.br
BRASÍLIA (Colaboraram Bruno Góes e Natalia Portinari)

Para vencer resistências à reforma tributária, técnicos do Congresso e do governo conversam com representantes de setores econômicos. Nos últimos dois meses, o foco tem sido os que podem perder com a mudança. Já se estuda tratamento diferenciado para áreas de saúde e educação.

As propostas que tramitam na Câmara e no Senado unificam impostos para criar um tributo que incidiria sobre o consumo. No novo modelo haveria apenas um sistema de cobrança em que as empresas pagam uma alíquota maior, podendo deduzir gastos com material feitos ao longo da cadeia produtiva.

Hoje, esse modelo já existe, mas é usado principalmente pela indústria, que pode conseguir abatimentos da compra de máquinas, equipamentos e matéria-

prima.

No setor de serviços, o mais comum é um sistema em que não há possibilidade de descontos, mas as alíquotas são menores. Isso ocorre porque o principal gasto do setor é com mão de obra, que não gera o direito a descontos. Esse modelo deve ser extinto na reforma.

Englobados no setor de serviços, os setores de saúde e educação são considerados “socialmente sensíveis” no governo. Um aumento da carga tributária para essas empresas pode gerar aumento de preços em áreas com forte impacto no dia a dia da população.

Os técnicos estudam como mitigar esses efeitos. A Abramge, que representa os planos de saúde, estima que em clínicas o percentual de mão de obra (que não poderia ser deduzido) chegue a 80%.

—Alguns setores podem ter um aumento de carga tributária com o novo modelo — resume Marcos Novais, economista-chefe da Abramge.

Na educação, a demanda dos empresários chega a ser mais ousada:

isenção total. Ademair Pereira, presidente da Federação Nacional das Escolas Particulares (Fenep), argumenta que o setor tira um peso do Estado que deveria ser compensado por isso.

A reforma tributária voltou à pauta ontem, com a retomada dos trabalhos no

Congresso. A expectativa do governo é votá-la, junto com a reforma administrativa, até abril na Câmara, disse ontem o líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE).

Na mensagem enviada ao Congresso, o governo citou a reforma administrativa apenas uma vez.

‘GOVERNO CONVERSA POUCO’

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ) disse que a medida é importante, mas ressaltou a importância da tributária:

—O problema é que o governo deve estar conversando pouco. Tem uma parte do governo que quer a administrativa. Agora, quem escreveu esse texto para o governo quer a tributária. Fico feliz porque a administrativa é importante, nós vamos votar, mas a tributária é a que fará o Brasil voltar a ter produtividade no setor privado e voltará a gerar crescimento sustentável.

Escolas cívico-militares terão regras para aparência de aluno

Meninos precisam estar bem barbeados, e meninas só podem usar adereços discretos, segundo manual com normas para as unidades de programa federal

BRUNO ALFANO
bruno.alfano@extra.inf.br

Alunos das escolas cívico-militares terão que estar “bem barbeados”, enquanto as meninas só poderão usar adereços discretos. A informação consta no “Manual das escolas cívico-militares”, que foi obtido por meio da Lei de Acesso à Informação pelo site Fiquem Sabendo. O documento define a organização da escola, normas de apoio pedagógico, de avaliação educacional, de gestão escolar, de conduta e atitudes, de uso de uniforme e apresentação de alunos.

O cabelo dos alunos deve ser cortado “de modo a manter nítidos os contornos junto às orelhas e o pescoço”. A tonalidade deve ser natural, assim como de sobrancelhas, e sem adereços, quando uniformizados. Já as meninas têm mais opções. Aquelas que têm cabelos curtos (“cujo comprimento se mantém acima da gola dos uniformes”) podem usá-los soltos, mas “cuidadosamente arrumados”.

As unidades ainda darão notas para a conduta dos alunos. Elas vão de 0 a 10. O aluno de comportamento “Regular” (menor que 5,99) será encaminhado para



Enfileirados. Nas escolas do programa federal, regras serão rígidas como na da PM de Goiás

avaliação e acompanhamento. Quem ficar com menos de 2,99 poderá ser expulso.

O documento foi construído, segundo o próprio texto do manual, “democraticamente, pelo MEC, com a participação de representantes das redes estaduais e municipais de educação”. Estudantes, no entanto, não participaram do processo.

As diretrizes do manual foram antecipadas durante a 1ª Capacitação dos Profissionais Participantes do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, em dezembro de 2019. Procurado pelo

GLOBO, o Ministério da Educação (MEC) não retornou.

O governo federal prevê o aporte de R\$ 1 milhão de verba da União por escola em estados que aderiram ao programa — são 15, mais o Distrito Federal. Já as grades horárias serão construídas pelos estados. Há, segundo o MEC, previsão de pelo menos um tempo semanal para “atividades de orientação educacional e de desenvolvimento de valores e atitudes, a serem conduzidas pelos orientadores educacionais e pelos monitores”, que são militares.





SENHOR E SENHORA

O manual também explica que os alunos dessas unidades não podem “ter em seu poder, introduzir, ler ou distribuir, dentro da escola, cartazes, jornais ou publicações que atentem contra a moral”. Também determina que o tratamento usado pelo estudante com os civis deve ser pela função que desempenham: professor, diretor, senhor ou senhora. Para os militares, o tratamento usado pelo aluno deverá ser precedido pelo posto ou graduação.

Para cada turma, haverá um aluno chefe e um subchefe. Eles serão designados através de um rodízio, de acordo com a escala elaborada pelo monitor. Serão responsáveis por, entre outras funções, zelar pela disciplina na ausência do professor ou do monitor e verificar se há alunos faltosos.

Miriam Alves, professora da Faculdade de Educação da Universidade Goiás (UFG) e vice-presidente Centro-Oeste da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), afirmou que esse documento prevê uma escola padronizada. Para ela, isso é um problema.

—Essas escolas têm parâmetros extremamente padronizados, nos mínimos detalhes, para organização escolar. Isso quebra a autonomia da escola prevista na Lei das Diretrizes e Bases (LDB) de elaborar o projeto político pedagógico (PPP)—avalia a especialista em escolas militares de Goiás.—E isso é um problema, pois no Brasil é um país diverso e cada comunidade precisa se organizar de acordo com as suas demandas. É preciso refletir sobre os objetivos e propósitos dos colégios.

Educação sexual para uma formação integral

LUANA P. P. MOLINA, MARY NEIDE DAMICO FIGUEIRÓ E WELSON BARBOSA SANTOS

No Brasil, trabalhos intencionais de educação sexual nas escolas passaram a ser impulsionados a partir de 1980, com o aparecimento do HIV/Aids. Após esse período, intensificaram-se publicações acadêmicas, como artigos, teses e dissertações, para dar fundamentação científica a esse trabalho.

A formação continuada dos professores nessa área vem sendo ampliada desde de 1990. A aceitação de que a educação sexual é papel da escola, tanto quanto da família, cresceu satisfatoriamente. Contudo, a partir de 2012, com as discussões para a aprovação do Plano Nacional da Educação (2014-2024), a educação sexual passou a ser veementemente atacada e confundida com um trabalho de instigação ao sexo irresponsável, precoce e de apologia à homossexualidade.

A educação sexual intencional nas escolas, numa perspectiva emancipatória, pretende ensinar crianças, adolescentes e jovens a pensarem e debaterem sobre tudo o que é relacionado à sexualidade e à sua vivência com responsabilidade. Para isso, o papel do professor não

se restringe às informações biológicas; sua função é ajudar os educandos a sanarem dúvidas, expressarem sentimentos e reverem tabus e preconceitos para construir uma visão positiva da sexualidade, de modo a vivenciá-la sem culpa ou vergonha.

Ao professor não cabe passar seus valores morais, mas dar oportunidades para que o educando construa seus posicionamentos pessoais, a partir, inclusive, do que recebe de sua família. Assim, o propósito maior é desenvolver a autonomia moral e intelectual do educando, num paralelo com a formação dos valores morais importantes: respeito a si e ao outro, justiça, fraternidade, amor e igualdade.

Em nenhum momento a educação sexual visa estimular o sexo precoce, quantitativo e/ou promíscuo, mas sim fomentar a afetividade e a capacidade para o diálogo, ajudando o educando a ser sujeito da sua sexualidade, a decidir e escolher por si próprio, embasado em conhecimentos, reflexões e debates. Consideramos falha qualquer imposição, seja para abstinência, seja para fazer sexo (“faça; se não fizer,

você é careta!”). “Eu escolhi esperar” pode ser válido se livre for a escolha.

O governo federal tem planos de implantar um programa de abstinência sexual, visando diminuir os índices de gravidez na adolescência. Este não será um caminho frutífero, pois comprometerá a aquisição de todo um conjunto de conhecimentos que o adolescente precisa para viver a sexualidade com segurança e responsabilidade. Esse programa desacredita na capacidade de o adolescente pensar e institui o professor como autoridade que dita o certo e o errado e impõe um estilo de vida.

Ideias distorcidas sobre a educação sexual deixam mães, pais e responsáveis confusos e assustados. Contudo, podemos assegurar que um trabalho intencional, feito por professores preparados, só vem a somar com a família. É o ensino da sexualidade, desde a infância, que pode ajudar na prevenção da gravidez na adolescência, na prevenção de ISTs (Infecções Sexualmente Transmissíveis), na prevenção do abuso sexual, bullying e toda forma





de discriminação e violência. Ele pode também impactar na formação humana da criança e do adolescente, a ponto de não se tornarem agentes do bullying, pois os ajudará a compreender a diversidade humana e a respeitar as pessoas.

Fomentar a abstinência e a retardação do início da vida sexual certamente conduzirá ao aumento do número de casamentos prematuros e precipitados, cujas consequências todos conseguem prever.

Só quem entende o significado do sexo na vida e no bem-estar físico e mental das pessoas bem informadas e preparadas para escolhas conscientes é que consegue não ver o sexo como um problema a ser combatido, como uma experiência de vida a ser evitada.

Tanto os Direitos Humanos (1948), quanto os Sexuais e os Reprodutivos (Ministério da Saúde, 2005) vêm para assegurar a todos o

direito à informação científica e à autonomia.

O caminho não é proibir, mas sim empoderar e desenvolver a criticidade frente à forte instigação ao sexo feita pela mídia, como nas novelas, letras de música pejorativas e no mundo.

Luana P. P. Molina

Pós-doutoranda em educação escolar e pesquisadora da área da educação sexual e diversidade sexual

Mary Neide Damico Figueiró

Psicóloga, doutora em educação e autora de quatro livros sobre educação sexual

Welson Barbosa Santos

Pós-doutor em educação escolar, doutor em educação e professor da Universidade Federal de Goiás

Meia-entrada estudantil

Joel Pinheiro da Fonseca

Se não dá para eliminar o benefício, vamos estendê-lo a todos os cidadãos, não importa idade ou condição

A lei de meia-entrada para estudantes é um jeito ruim de levar cultura e entretenimento a quem precisa. Primeiro por ser uma política mal focalizada. Ou seja: na tentativa de dar um auxílio para quem precisa, ela acaba subsidiando muita gente que não precisa. Pois ao beneficiar apenas estudantes, e deixar de fora jovens que não sejam estudantes, a lei faz exatamente isso.

Um estudante de medicina da USP paga meia-entrada no cinema. Um auxiliar de pedreiro com a mesma idade, não. Parece justo? Lembremos que apenas cerca de 20% dos jovens fazem ensino superior. E a renda média deles é mais alta do que a de quem não faz.

Ou seja, pelo próprio desenho da lei ela já falha em ajudar quem realmente precisa, subsidiando o cineminha de sábado de gente que pode pagar. A lei de meia-entrada para jovens de baixa renda, que também existe, atende a quem realmente precisa de ajuda. Sendo assim, para que continuar com a meia estudantil?

A meia-entrada também distorce os preços. Sabendo que parte dos ingressos será cobrado como meia-entrada (no caso dos cinemas, frequentemente mais do que apenas os 40% exigidos por lei), a empresa coloca o preço mais alto. Dessa maneira, partilha os custos da meia-entrada com os espectadores que não têm acesso ao benefício e que, desse modo, pagarão mais. Isso afugenta os adultos das salas.

Em entrevista para o Valor em janeiro, Valmir Fernandes, presidente da Cinemark, sintetizou: “No Brasil, a percepção do preço do ingresso é a pior do mundo. Isso porque artificialmente mostramos um valor acima, por causa da lei de meia-entrada”.

Me dói no coração desembolsar R\$ 40, R\$ 60 ou até R\$ 80 para pegar um filminho... Mas quem sou eu para reclamar? Como pai de dois filhos, a lei acaba me beneficiando também.

Por fim, há uma enorme idealização nos efeitos da lei. Imagina-se que jovens tendo acesso à cultura se tornarão mais criativos, valorizarão as artes...

Na prática, estamos subsidiando estudantes para assistir “Vingadores”

ou show de música pop. Qual o grande ganho social de um jovem de classe média alta que desembolsa R\$ 250 na meia-entrada para o show da Taylor Swift?

Aos poucos, as empresas vêm encontrando uma solução: expandir a meia-entrada, de modo que ela se torne, na prática, o preço normal. Ser cliente de um banco, de uma operadora de celular; tudo isso dá direito à meia-entrada em diversos cinemas.

Em shows, dá-se meia-entrada a quem traz 1 quilo de alimento não perecível. Há cinemas que já oferecem meia-entrada para todos, ao menos em certos horários. Assim, a empresa coloca o preço “normal” do ingresso (que ninguém pagará de fato) duas vezes mais alto que o preço a que ela efetivamente planeja vender e o preço da “meia” vira o preço inteiro.

Sei que acabar com a lei da meia-entrada seria impopular e traria custo político. Afinal, que importam argumentos, a fria relação de custo-benefício e o bom uso dos recursos públicos frente a um vago desejo de ser generoso no coração dos eleitores? Sendo assim, a saída política para esse impasse pode estar na direção contrária. Não dá para





eliminar a meia-entrada dos estudantes?

Então sejamos ainda mais caridosos e vamos estender por lei a meia-entrada a todos os cidadãos, não importa idade ou condição. Para completar, vamos dar aos jovens de baixa renda o direito inédito de ingressos a 25% do valor. Um ato tão generoso e de tamanha ousadia política há de ser lembrado e celebrado por décadas a fio!

Joel Pinheiro da Fonseca
Economista, mestre em filosofia
pela USP.

Bolsonaro diz que não ouviu Weintraub por estar 'saturado'

BRASÍLIA O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) disse não ter ouvido as explicações do ministro Abraham Weintraub (Educação) sobre problemas no Enem por estar "saturado".

"Ele queria apresentar para mim uns dados e eu não quis porque tô com a cabeça cheia. Hoje eu saturei. Eu conversei com quase todo mundo. Tem problema, é natural, agora isso representa menos de zero vírgula alguma coisa o problema que tivemos", afirmou nesta segunda (3) ao chegar ao Palácio da Alvorada.

A declaração foi feita no retorno do presidente a Brasília. Ele viajou a São Paulo pela manhã acompanhado de Weintraub (leia

mais na pág. B5).

O titular da Educação está sob forte pressão em razão da crise decorrente de problemas em notas do Enem, o que afetou também o sistema de seleção para instituições de ensino superior, o SiSU. A prova ainda é alvo de disputas judiciais.

Weintraub ainda tem sido criticado pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que o chamou de desastre na semana passada.

Nesta segunda-feira (3), o ministro Onyx Lorenzoni (Casa Civil), que também teve o cargo ameaçado, afirmou que Bolsonaro não pretende promover uma reforma ministerial e que Weintraub permanecerá no cargo.

Talita Fernandes

MEC exige cabelo preso em escola cívico-militar

Isabela Palhares

Manual do MEC com regras de vestuário e comportamento que alunos de escolas cívico-militares devem seguir exige dos meninos estar “bem barbeados” e ter o cabelo cortado de modo a “manter nítidos os contornos junto às orelhas e o pescoço”. As meninas precisam ter cabelo “cuidadosamente arrumado” para o uso correto da boina. O governo quer implementar a transformação em 54 colégios de ensino médio e fundamental em 2020.

Uma das principais bandeiras educacionais da gestão Jair Bolsonaro, as escolas cívico-militares terão uma série de regras sobre vestuário e comportamento dos alunos. Embora não tenha fechado a lista de colégios que receberão o programa nem contratado os militares que atuarão nas unidades, o Ministério da Educação (MEC) definiu um manual de regras que os alunos deverão seguir – de como cortar o cabelo aos tipos de roupa proibidos. O governo prevê adotar o programa em 54 colégios de ensino fundamental e médio neste ano.

Escolas cívico-militares têm gestão compartilhada entre militares e civis. A ação do MEC

prevê que militares da reserva atuem em tutorias e na área administrativa – e não como professores. Participam do programa colégios municipais ou estaduais, onde já havia alunos matriculados no modelo convencional. São diferentes das escolas mantidas pelo Exército, que costumam fazer seleção para ingresso e têm custo bem maior do que unidades da rede pública regular. Era pré-requisito haver consulta pública com a comunidade escolar para aderir ao programa, mas houve queixas sobre esse processo.

O manual foi obtido pela agência de dados Fiquem Sabendo e publicado ontem. O documento, além de estabelecer quais são as funções e obrigações dos servidores dentro das escolas, também lista as regras que devem ser seguidas pelos alunos, por exemplo como devem se vestir e cortar o cabelo.

Para os meninos, o cabelo deve ser cortado de modo a “manter nítidos os contornos junto às orelhas e o pescoço”. Eles também devem estar “bem barbeados, com cabelos e sobrancelhas na tonalidade natural e sem adereços, quando uniformizados”. O documento não cita quais são os adereços vetados. O uniforme

obrigatório exige que usem, em dias letivos normais, camisa meia-manga com ombreiras, calça comprida, cinto, meia e sapatos sociais. Eles só podem usar bermuda para atividades físicas.

Para as meninas, o cabelo deve estar “cuidadosamente arrumado” para o uso correto da boina. Em caso de alunas com cabelos médios ou longos, eles devem estar presos, mantidos “penteados e bem apresentados”. O uniforme estabelecido para as meninas prevê que elas usem saia-calça, camisa com ombreira e sapato social.

Apesar de definir qual deve ser o vestuário a ser usado pelos alunos dessas escolas, o MEC não informou quem será responsável pela compra e distribuição do uniforme. Também não informou se eles já foram adquiridos.

As regras de vestimenta do manual vão na contramão de determinação

já feita pelo Ministério Público Federal (MPF) da Bahia em 2019. Ao analisar o modelo de colégios cívico-militares já existentes no Estado, o órgão afirmou entender que a interferência no corte de cabelo, maquiagem e outras do tipo como sendo “autoritária” e





restrição à liberdade de expressão das crianças e adolescentes.

Régua de comportamento. O manual também estabelece um cálculo para avaliar o comportamento dos alunos. Com o cálculo, eles terão o comportamento classificado em uma escala com seis faixas, que vai de: “mau” a “excepcional”. A nota será composta com o reconhecimento de boas atitudes (por exemplo, o aluno ganhará 0,3 ponto a cada elogio que receber)

e a subtração no caso de punição (perde 0,3 ponto se for repreendido). O jovem classificado com comportamento “mau” será “transferido compulsoriamente”, segundo o manual.

Procurados ontem, os ministérios da Educação e da Defesa não comentaram o manual e a implementação do programa. O orçamento do programa neste ano é de R\$ 54 milhões. A meta do governo é chegar a 216 unidades do tipo até 2023.



Cerimônia. Presidente participou de evento que lançou pedra fundamental de futuro colégio

O modelo cívico-militar tem crescido em alguns Estados, como Bahia e Goiás, e é alvo de frequentes elogios de Bolsonaro e do ministro Abraham Weintraub. Segundo eles, o formato pode alavancar os índices educacionais, além de trazer mais disciplina e segurança. Educadores questionam a falta de estudos que comprovem a eficácia do modelo e criticam o alcance limitado, em um universo de 141 mil escolas públicas no País.

AS REGRAS

● Meninos

O cabelo dos garotos deve ser cortado de modo a “manter nítidos os contornos junto às orelhas e o pescoço”. Eles devem estar “bem barbeados, com cabelos e sobrancelhas na tonalidade natural e sem adereços, quando uniformizados”. O uniforme obrigatório exige que os meninos usem, em dias letivos normais, camisa meia-manga com ombreiras, calça comprida, cinto, meia e sapatos sociais. Eles só podem usar bermuda para as atividades físicas.

● Meninas

O cabelo deve estar “cuidadosamente arrumado” para o uso correto da boina que integra o uniforme. Em caso de alunas que tenham cabelos médios ou longos, eles devem estar presos, mantidos “penteados e bem apresentados”. O uniforme estabelecido para as meninas no manual de regras prevê que elas usem saia-calça, camisa com ombreira e sapato social.





Bolsonaro critica governadores por recusar modelo

● O presidente Jair Bolsonaro criticou os governadores do Nordeste ontem, na cerimônia em que lançou a pedra fundamental do futuro Colégio Militar de São Paulo, que será erguido ao lado do Campo de Marte, zona norte.

"Oito dos nove governadores

do Nordeste não aceitaram a escola cívico-militar. Para eles, a educação está indo muito bem formando militantes e desinformando, lamentavelmente", disse. "A questão político-partidária não pode estar à frente das necessidades do País." O único Estado nordestino que aderiu ao projeto de construir escolas militares foi o Ceará, governado por Camilo Santana (PT).

O governador da Bahia, Rui Costa (PT), rebateu. Segundo ele,

o governo não ofereceu construir novas escolas nem recursos. "Só ofereceu a metodologia. É só para botar o carimbo dele."

Bolsonaro disse ainda que pediu para não ver dados sobre falhas no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). "Ele (*o ministro Abraham Weintraub*) queria apresentar para mim os dados. Não quis, (*estava*) com a cabeça cheia. Hoje saturei." /**ANDRÉ ÍTALO, PEDRO CARAMURU, PEDRO VENCESLAU e RICARDO GALHARDO**

Em São Paulo, Bolsonaro fala de educação



Bolsonaro, Eduardo e Flávio: presidente evitou dividir os holofotes com Maia, crítico severo de ministros

O presidente Jair Bolsonaro decidiu ficar distante de Brasília enquanto o Congresso iniciava o ano legislativo com pretensão de apreciar projetos vitais para o governo. Bolsonaro inaugurou a pedra fundamental do Colégio Militar de São Paulo, acompanhado por Abraham Weintraub (Educação); Ricardo Salles (Meio Ambiente) e Regina Duarte (Cultura). Também fizeram parte da comitiva presidencial o senador Flávio Bolsonaro e o deputado Eduardo Bolsonaro.

A inauguração da pedra fundamental foi o pretexto para Bolsonaro defender as escolas

militares e atacar governadores do Nordeste. “Oito dos nove governadores do Nordeste não aceitaram a escola cívico-militar. Para eles, a educação está indo muito bem formando militantes e desinformando, lamentavelmente”, disse. “A questão político-partidária não pode estar à frente das necessidades do país”, acrescentou. O único estado nordestino que aderiu ao projeto de construir escolas militares foi o Ceará, governado por Camilo Santana (PT). O governador da Bahia, Rui Costa (PT), rebateu. Segundo ele, o governo federal não ofereceu construir novas escolas nem recursos. “Só ofereceu a metodologia. É só para botar o carimbo dele (de Bolsonaro).”

O presidente defendeu mais uma vez o ministro da Educação, Abraham Weintraub. Disse que o ministro tem “trabalho enorme pela frente” para tirar o Brasil da posição vexatória no Programa Internacional de Avaliação de Aluno (Pisa), o ranking da educação mundial. A afirmação ocorre dias após o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, considerar a gestão de Weintraub “um desastre” e afirmar que o ministro

“atrapalha o Brasil” e se utiliza de um discurso de ódio. Para Bolsonaro, em vez de criticar o fato de que o Brasil ocupa os últimos lugares no Pisa, o importante é “impor uma nova dinâmica” para a educação. De acordo com os dados do ranking do ano passado, o país está na 67ª posição em ciências, 71º em matemática e 58º em leitura. Ao todo, 79 países são avaliados.

Bolsonaro disse ainda que pediu para não ver dados sobre falhas no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). “Ele (o ministro Abraham Weintraub) queria apresentar para mim os dados. Não quis, (estava) com a cabeça cheia. Hoje saturei.” Ao retornar para Brasília, em frente ao Palácio do Alvorada, o presidente minimizou as falhas relatadas por milhares de estudantes sobre a prova. “Quase em todos os anos têm problema. Representa menos de ‘zero vírgula alguma coisa’ o problema”, disse. O MEC divulgou ter identificado erro na correção de 5.974 provas, de 3,9 milhões participantes da última edição da prova. Mais de 175 mil pessoas, no entanto, questionaram as notas que obtiveram, mas não receberam nenhum retorno da pasta.